

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que vários estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) estão a ser expulsos durante a realização de exames, com o argumento de que não pagaram a propina ou de que têm pagamentos de prestações de propina em atraso.

Além disso, muitos outros estudantes desta instituição não têm conseguido efetivar a inscrição em exames, realizar outros atos académicos ou, inclusive, obter qualquer informação de natureza académica, com o mesmo argumento de terem pagamentos de propina ou de prestações de propina em dívida.

Se é verdade que inúmeras instituições de ensino superior têm criado, progressivamente, medidas tendo em vista a cobrança dos valores de propinas, importa assegurar que o atraso ou o não pagamento de prestações de propinas não geram situações que resultem em prejuízo grave para o estudante. O impedimento da realização de avaliações, que são o culminar do percurso que o estudante realizou ao longo do semestre ou ao longo do ano, não é mais do que uma contribuição para agravar o abandono e o insucesso escolar, algo que por todos deveria ser combatido, a começar pelas instituições de ensino superior.

Além disso, a expulsão de estudantes em plena realização de exames é atentatória não só do direito que qualquer estudante deve ter em realizar as avaliações das disciplinas a que está inscrito, como o sujeita a uma humilhação que é absolutamente injustificada e inaceitável.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento de situações de expulsões de estudantes em plena realização de exames por incumprimento do pagamento de propina ou de prestações de propina?

2. Está o Governo disponível para intervir junto da Universidade de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas no sentido de procurar garantir a eliminação desta prática lesiva para os estudantes?

3. Face a estes acontecimentos, o que pensa o Governo fazer para evitar a degradação da qualidade do ensino superior público e para corrigir as consequências nefastas que o incumprimento administrativo do pagamento de propina pode ter?

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2018

Deputado(a)s

IVAN GONÇALVES(PS)

HUGO CARVALHO(PS)

JOÃO TORRES(PS)

DIOGO LEÃO(PS)